



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141413 - MG (2021/0011932-5)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : RAFAEL LAMOIA SANTANA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RAFAEL LAMOIA SANTANA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.554276-4/000).

O recorrente foi preso em flagrante pela prática, em tese, do delito previsto no art. 155, §§ 1º e 4º, inciso I, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, sendo o flagrante convertido em prisão preventiva.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Sustenta o recorrente a ausência de fundamentação idônea para a decretação de sua prisão preventiva, destacando a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas à prisão, as quais entende serem mais adequadas ao caso concreto (crime patrimonial realizado sem violência ou grave ameaça, que não chegou a consumir-se, tratando-se de delito não hediondo, que admite regime aberto ou semiaberto).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação de sua segregação cautelar, se necessário, com aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

Na espécie, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão do recorrente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade de garantia da ordem pública, "para evitar que outros atos de delinquência ocorram, especialmente considerando que (...) possui diversas condenações definitivas pela prática de crimes contra o patrimônio, sendo, portanto, reincidente específico (...), demonstrando concretamente a possibilidade de reiteração criminosa e sua periculosidade em concreto" (e-STJ fl. 103).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência